

HISTÓRIA LOCAL: OBJECTIVOS, MÉTODOS E FONTES

Francisco Ribeiro da SILVA *

I. INTRODUÇÃO

Introduzirei o tema por uma interrogação que me parece corresponder ao pensamento corrente: num universo quase ilimitado em extensão, numa era em que as viagens espaciais deixaram de ser uma fantasia e se tornaram realidade ao alcance de muitos, justificar-se-á ainda que se gaste tempo a falar da história dos microcosmos que são os pequenos espaços? Porquê e, sobretudo, para quê a História Local e Regional?

Poderíamos responder de imediato que a História visa o Homem e que a vida de cada homem se desenvolve nos pequenos espaços. É neles que cada um se insere e se realiza, integrado numa família e numa comunidade, comunidade que é simultaneamente resultado e fatora do mundo. Por isso o amor à terra pode constituir uma boa razão para a História Local, porque o amor é mais perfeito e mais forte quando se apoia no conhecimento. Quem conhece a História da sua terra pode amá-la com mais consistência.

Mas esta resposta deixa-nos porventura insatisfeitos porque não ultrapassa o tal horizonte aparentemente limitado que é o do nosso pequeno mundo. Olhemos então mais largo.

II. JUSTIFICAÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL

1. Afirmaremos à partida que o conhecimento da história local é indispensável para a construção da história nacional. Esta não é forçosamente a que é feita na capital e escrita na perspectiva da capital, mas a que interpreta com fidelidade o sentir, o pensar e o viver de um povo - neste caso o povo de Portugal. Portugal que não é uma entidade abstracta mas que resulta concretamente da entrosagem das suas partes. Quando nos propomos reconstituir a História da Revolução do 1º de Dezembro, embora a conspiração tenha eclodido em Lisboa, se não estudarmos a recepção que a conjura colheu no reino, estaremos longe de fazer história nacional. Do mesmo modo, falando da Revolução Liberal não podemos ficar pela descrição do golpe de 24 de Agosto de 1820 na cidade do Porto. No entanto, esses acontecimentos vividos nas duas cidades, pertencendo à história de cada uma delas, fazem parte da História Nacional. Mas, por outro lado, a história nacional desses eventos ficaria incompleta sem a observação da vivência desses acontecimentos nas ilhas açorianas.

2. O que é hoje então a história local?

É um campo da História marcado por um paradoxo curioso: desvalorizado ou subvalorizado por alguns sectores mas simultaneamente bem visto e em grande

pujança por outros. Alguns menosprezam a história local por entenderem que, na maior parte dos casos, é escrita por curiosos, sem escola, sem formação universitária ou com formação universitária não específica.

Sobre isto direi, que efectivamente muitas páginas de história local são escritas por não profissionais, que fazem da investigação histórica um passatempo delicioso, sem outra vantagem para além do prazer que essa actividade lhes proporciona. São padres, professores, funcionários de bibliotecas ou de arquivos, médicos, reformados de diversas profissões, etc. Que valor têm estes trabalhos? É preciso saber distinguir e não meter tudo no mesmo saco. Todos nós conhecemos Autores credíveis, uns defuntos outros vivos, que ou não possuem formação universitária ou concluíram cursos que pouco ou nada têm a ver com a História. E todos nós que prezamos a história local, sabemos que devemos muito a alguns desses beneméritos, dedicados e, às vezes, anónimos cavouqueiros. Aliás, de muitas as obras ficaram inéditas e jazem nas Bibliotecas e Arquivos à espera de alguém que as queira exumar e dar a conhecer. Quem frequenta a Biblioteca Pública Municipal do Porto sabe que há por ali vários inéditos com muito interesse que, aliás, a mesma Biblioteca vem publicando.

Por outro lado, na perspectiva de alguns universitários a História Local não é suficientemente importante para impor alguém no panorama da historiografia nacional, como se o historiador local passasse o tempo a olhar para uma só árvore e se desinteressasse da floresta. É evidente que o interesse pela árvore não dispensa a atenção para a floresta. Felizmente esta perspectiva redutora vai-se alterando e hoje em dia são as próprias Universidades portuguesas e estrangeiras a criarem Cursos de Mestrado ou Seminários dentro dos Mestrados que visam o tratamento de temas de história local. E não faltam doutoramentos que se circunscrevem a temáticas do mesmo âmbito. E há mesmo cadeiras do âmbito da História local nos cursos superiores. Por essa via se vai renovando e inovando, nas temáticas, nas fontes e nas metodologias. Ao contrário do que muitos imaginam, a história local tem aberto novos caminhos, novas vias e novos temas de pesquisa que têm feito avançar e progredir o conhecimento histórico.

Outro problema é o da publicação desses trabalhos. Os editores comerciais experimentam alguma relutância, porque cada título publicado significa um investimento nem sempre rendível em virtude da potencial estreiteza do mercado interessado. É a queixa que faz Maurice Agulhon quando se viu recusado pelos editores que não se mostraram interessados em publicar a sua tese de doutoramento porque tratava apenas de uma pequena parte da França - o departamento de Var.¹ Mas, como ele afirma, nessa pequena parte do território estudava-se um conjunto de problemas novos! E por isso, a depreciação era consequência da miopia de quem assim julgava.

De qualquer modo, pode afirmar-se que, mesmo sob o ponto de vista comercial, a História é um produto que, hoje em dia, se vende bastante bem. Haja em vista o sucesso de vendas que, umas mais que outras, constituem as diversas Histórias de Portugal que têm vindo a sair. E a *História do Porto*, um exemplo de produção de história local, publicada em 1994, constitui outra demonstração da apetência contemporânea pela História.

Acrescente-se e registe-se já agora que são muitas as Câmaras Municipais que criaram Gabinetes de História e por toda a parte surgem instituições estatais ou particulares que se mostram interessadas na investigação e na publicação desses estudos. Por outro lado, tratando-se de artigos e pequenos ensaios, multiplicam-se os

boletins, revistas e até jornais onde os estudiosos têm possibilidade de dar a conhecer o resultado das suas pesquisas.

3 - O gosto pela História Local tem, portanto, vindo a crescer, não só em Portugal. Porquê?

Evoquemos algumas das possíveis razões:

1. Em primeiro lugar e, por arrastamento, pelo crescimento do interesse pela História Nacional. Os países da Europa, sobretudo os pequenos, dão-se conta de que para se manterem vivos e credores do respeito alheio pela sua identidade e individualidade, têm que se agarrar ao que lhes pode garantir e fazer reconhecer essa identidade. E o que é? Não será tanto a força económica ou mesmo o poder político, mas fundamentalmente a cultura significada na língua, nas tradições, na história. Os governos têm consciência disso e, ao que parece, a História de Portugal que aparecia perdida e envergonhada no meio da História da Europa, surge agora felizmente como uma das áreas a revalorizar e a reforçar no curriculum escolar! Os cidadãos desenvolvem também a consciência cívica nesse sentido como o parece mostrar a Conferência realizada em Lisboa recentemente (4 - 6 de Maio de 1998).
2. Olhemos à nossa volta e interpretemos os sinais dos tempos: a Europa que se está a construir não é certamente mais a Europa das Nações e os nacionalismos exacerbados de outrora nela já não têm lugar. As chamadas soberanias nacionais vão ser esbatidas, mas o regionalismo e as regiões, essas não vão desaparecer! Pelo contrário! Fala-se muito hoje em dia nas identidades regionais. Mas não há identidade sem factores de identidade e, entre esses, a história não pode deixar de ter o seu lugar! Na Europa das regiões faz cada vez mais sentido a história local e regional.
3. Por outro lado, a História Geral de um país não pode descer às particularizações e aos pormenores que são próprios da História Local. Por isso, mais uma vez, entendemos que o gosto pela História em geral favorecerá por arrastamento o gosto pela História Local. Sou de opinião que a contrária também é verdadeira. Aqui podemos invocar de novo a validade da metáfora da árvore e da floresta. Podemos encontrar numa História de Portugal as repercussões das duas guerras mundiais deste século no nosso país. Mas provavelmente não encontraremos lá nada sobre a repercussão nas Ilhas açorianas. Será certamente no âmbito da história local, ilha a ilha, que descobriremos o que queremos. E pode acontecer, ao contrário, que seja a leitura de um acontecimento da História Universal que nos motive a estudar esse mesmo fenómeno à escala local.
4. O peso dos centros tende a ser atenuado e as periferias são hoje em dia muito mais activas e reivindicativas. As capitais tradicionais manterão ainda por largo tempo o poder de atracção e o íman centrípeto de outrora, mas cada vez mais as periferias reclamam alguma margem de autonomia e de afirmação face à capital. No território nacional, isso sentiu-se provavelmente mais depressa e com mais vigor nas regiões insulares, mas a descentralização será inevitável, não obstante a secular tradição centralista de Portugal. A autonomia das periferias passa pela afirmação da sua individualidade e esta passa inevitavelmente pela sua história. Daí e mais uma vez o interesse cada vez maior que se irá conferir à história local e regional.

5. Outra circunstância que joga a favor da valorização da história local é o desenvolvimento do Turismo cultural e a atenção hoje em dia muito visível que se presta ao património construído pela Igreja, pelo Estado ou pelos Particulares bem como a valorização de sítios ligados a algum acontecimento que ficou retido na memória das gentes.
6. Os progressos da Antropologia e da Etnologia têm valorizado todos os aspectos referentes a usos e costumes, tradições, crenças, jogos tradicionais, etc. Embora os historiadores não reiviniquem para si matérias que pertencem a outros ramos das ciências sociais e humanas, não é possível impedir os historiadores locais de investigarem tais assuntos, fornecendo, porventura, materiais preciosos para os seus colegas de áreas afins.
7. Finalmente, lembraremos o que acima afirmámos: em muitas cidades e vilas do continente e também nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, têm-se criado instituições expressamente destinadas à pesquisa e divulgação das várias temáticas de história local e muitas Câmaras têm até organizado Colóquios, Congressos e Conferências em que a História local é o tema único ou dominante, com publicação das respectivas Actas.

III - FUNÇÃO PEDAGÓGICA DA HISTÓRIA LOCAL

Para que é que serve a História Local?

1 - Começaremos por dizer para que é que não deve servir. Como não é uma prática de pendor chauvinista nem de fundo narcisista, não deve servir:

- para despertar ou cimentar rivalidades ou descobrir pretensas superioridades e motivos para gerar divisões nas comunidades ou na comunidade;
- para servir oportunismos de qualquer espécie;
- para ressuscitar ódios e divisões.

Pelo contrário,

- fazendo e refazendo a história da comunidade, desenvolve a consciência cívica da necessidade de integração e intervenção na vida da comunidade;
- na medida em que descobre e valoriza aspectos comuns a outras comunidades, valoriza as diferenças e por essa via pode diminuir as rivalidades entre elas;
- conhecendo a sua própria identidade, descobrindo os aspectos menos positivos ou até reprováveis (tal como na vida dos indivíduos, na das sociedades nem tudo é digno de elogio), reconhecendo o valor dos intercâmbios, tendo como referência uma matriz comum que é a matriz nacional, afasta bairrismos fanáticos;
- como afirmava acima, a história local deve despertar o amor inteligente à terra e ajudar a explicar a sentido profundo das coisas e das atitudes;
- finalmente ajuda a perceber que uma nação é um todo feito de partes - não apenas a justaposição das partes mas outra coisa diferente e que o conhecimento da história do país através da história das suas partes suscita menos euforias e triunfalismos mas é mais realista e mais seguro.

2 - Mas admitindo que este texto venha a ser lido por Professores, provavelmente Professores de História, devo acentuar outros aspectos:

a) A componente da investigação exige-se cada vez mais como essencial ao perfil do desejado «Professor Reflexivo». Este deve não só acompanhar a investigação que, no domínio próprio de cada área se vai fazendo e divulgando, mas também produzir, seguindo o princípio do aprender fazendo². A prática da investigação por docentes de todos os níveis tem que ser, por isso, apreciada e valorizada, mesmo em termos de carreira e em perspectiva de formação contínua. Por que não eleger a história local como um dos campos preferenciais de pesquisa?

b) A História Local tem lugar de relevo na chamada Área-Escola.

Digamos à partida que o espaço previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86 de 14 de Outubro, art. 47) e posteriormente no decreto-lei nº 286, de 29 de Agosto de 1989, e ainda no despacho nº 142/ME/90 de 1 de Setembro vulgarmente conhecido como *Área-Escola não se destina exclusiva nem porventura principalmente ao estudo ou à investigação de temas de história local*. Todavia, as finalidades previstas no art. 2º do referido despacho prevêem a divulgação e a aquisição de saberes numa perspectiva de interdisciplinaridade; aconselham a sensibilização dos alunos para a importância dos problemas do meio onde a escola se insere, propõem a integração de conhecimentos veiculados pela chamada «escola paralela», recomendam a *sensibilização dos alunos para a preservação dos valores da identidade nacional*, no contexto da integração europeia. Por sua vez, o art. 6 do decreto-lei 286/89 deseja claramente a articulação entre a Escola e o Meio e insiste na formação pessoal e social do aluno. E a recolha de documentação diversa está incluída entre os conteúdos programáticos previstos para o complemento curricular.

Por conseguinte, as actividades ligadas à pesquisa e produção de textos e quadros animados sobre História Local estão plenamente enquadradas nas leis que regulam a actividade escolar. E em muitas Escolas os resultados já alcançados são um incentivo a fazer mais e melhor.

IV - ALGUNS PRÍNCÍPIOS DA HISTÓRIA LOCAL

A história local é diferente da história nacional ou geral no que toca aos objectivos, à metodologia, às ambições. A história local em princípio não aspira à síntese³ que caracteriza a ambição da história geral - embora evidentemente se possa e deva ensaiar uma síntese à escala regional ou local sempre que a quantidade e a abrangência de estudos parcelares o justifique. A vocação normal do Historiador local é a de carrear materiais e de partir e afeiçoar as pedras que hão-se servir para a construção da grande história. Trabalho humilde mas indispensável.

Não é trabalho fácil:

- porque exige muito tempo - o trabalho de pesquisa documental é lento; o documento mais adequado para o nosso objectivo raramente se encontra à mão de semear. E tempo é coisa de que muitos não dispõem, sobretudo quando a actividade de investigação tem que ser compatibilizada com obrigações profissionais ou familiares;
- porque exige muita paciência e perseverança. As razões falsas para desanimar e desistir são sempre abundantes. Uma têm a ver com o nosso estado de espírito e com o nosso humor que não é uniforme. Outras ligam-se às circunstâncias do trabalho: documentos em mau estado de

conservação, letra difícil de ler e de transcrever, lacunas dos próprios documentos, horários dos Arquivos e das Bibliotecas, dificuldades em obter microfilmes ou fotocópias, falta de apoios para as despesas inerentes a microfilmes e fotocópias. Outra tentação que assalta muitos jovens investigadores é a dúvida acerca da validade intrínseca do trabalho;

- porque exige coragem, sobretudo quando verificámos que os nossos dados não coincidem ou até contradizem verdades estabelecidas por mestres ou obras consagradas. Quantas vezes as grandes e brilhantes sínteses são desmentidas quando observadas e analisadas à escala local;
- porque exige discernimento, lucidez e espírito crítico para escolher os melhores materiais em vista dos objectivos previamente fixados. Se não existem objectivos previamente delineados ou se o objectivo consiste em fazer aquilo que a documentação proporcionar continua a ser necessária uma boa dose de espírito crítico para saber ler nas entrelinhas do documento;
- porque exige grande rigor e honestidade intelectual. O cultor da história local não pode contentar-se com o «é mais ou menos assim». Os documentos utilizados têm que ser lidos correctamente e quando apresenta séries quantitativas, como por exemplo, nascimentos e óbitos, o rigor é condição indispensável. A invenção é proibida. As análises têm que partir do que realmente está no documento, não daquilo que gostaríamos que estivesse. Difícilmente na mesma época outra pessoa irá conferir os materiais por ele trazidos. Mas na geração seguinte vai acontecer que alguém, interessado noutras abordagens, revise e reutilize a mesma documentação. Razão acrescida para a evidente e radical exigência de rigor e seriedade do investigador. Se alguma vez a história local (isto não se aplica apenas à história local) foi desacreditada, creio que isso se ficou devendo ao abandono ou ao menosprezo dessa exigência.

Apresentadas estas observações genéricas, proporemos de seguida um conjunto de características que marcam a história local, para o que nos socorreremos de dois autores⁴:

1º - é uma história que *parte da situação presente para a reconstituição do passado*. O Historiador local em princípio enraizou-se numa terra determinada, exerce ou exerceu aí determinada profissão, apercebeu-se de determinadas características e problemas e é daí que parte para o trabalho de reconstituição histórica. Por isso, é desejável que ele conheça como se processa na actualidade a área de pesquisa que vai ser a sua. Se pretende estudar a organização bancária do passado, é bom que saiba como é que ela se estrutura no presente.

2º - é uma história mais de *vocação qualitativa do que quantitativa*. Embora, na nossa opinião (e aqui discordámos dos autores que vimos seguindo), também aí tenha lugar a quantificação e as séries quantitativas, é preciso entender que, muitas vezes os números, à escala local, perdem significado. Por exemplo, a balança comercial de um país vista da Alfândega de uma determinada cidade pode induzir em erro quanto ao sentido geral da balança comercial do país - que é finalmente o que importa. Quanto ao mais, a história qualitativa parece adequar-se mais ao gosto e às aptidões dos historiadores locais.

3º - É *uma história de «malhas flexíveis» e livre dos espartilhos dos modelos da história erudita*. Mas libertar o historiador local dos espartilhos dos modelos das escolas não significa libertá-lo do rigor e da exactidão das informações que recolher. Aliás, a história local é

em grande parte uma história do individual. E o individual é isso mesmo. Não é o geral ou o comum. Uma cidade, uma empresa, uma região pode ser, neste aspecto, equiparada a um indivíduo e tratada como tal. Por isso, o historiador local não se deve sentir obrigado a estruturar o seu trabalho segundo os modelos universitários, a menos que se trate de uma tese de Mestrado ou de Doutoramento. Aí é obrigado a certas regras. Mas o historiador local normal não está condicionado nem por prazos, nem por escolas, nem por número de páginas, nem por Autores-modelo, nem sequer pela doce tirania de um Orientador.

4º - É uma *história sectorial e limitada* nas suas ambições que deve partir de hipóteses originais construídas pelo próprio e muito mais dirigidas para o realmente vivido do que para generalizações abstractas e para teorizações complicadas. Se as generalizações apressadas e mal fundamentadas são criticáveis na chamada história erudita, muito mais o seriam na história local.

5º - É uma *história concreta* que, através da aproximação à vida quotidiana e do conhecimento do concreto e do visível, busca atingir aquilo que constituiu o invisível quotidiano, e que só é capaz de perceber quem conhece bem as gentes e as pessoas e que um estranho não é capaz de captar. Na história das comunidades há aspectos que *os documentos não facultam nem podem facultar mas que é preciso intuir para* perceber determinados fenómenos e determinadas vivências. Intuição que é fácil para quem lá vive. Há muitas coisas que são perfeitamente conhecidas por quem as vive por dentro.

6º - É uma *história diferencial* que pretende não só avaliar a distância entre a evolução geral e a evolução particular da localidade mas também medir as diferenças de ritmo dessas evoluções. Nessa medida, há todo o interesse em que essa história seja uma história comparada.

Por isso, como afirma Leuilliot, a história local é em parte uma *história experimental e laboratorial*. Sendo ciência do individual e do particular pode e deve exercer uma função pedagógica de reestruturação, de revisão e de renovação da ciência histórica. Na verdade, vistas pelo observador local, certas sínteses históricas surgem claramente falsas e inadequadas e tornam quiméricas certas teorizações brilhantes, sedutoras mas inconsistentes e apressadas. Nessa medida, parece pois que o progresso da ciência histórica será mais garantido quanto mais as monografias se multiplicarem. Isto é o mesmo que dizer que a fiabilidade da História Geral pode depender em parte da História local - partindo do princípio que esta, por sua vez, é igualmente fiável.

Aliás, refira-se mais uma vez que a História local na medida em que é a história do contingente, do relativo, do particular, risca das suas pretensões a descoberta da verdade geral e universal e as explicações globais. Por isso, está muito menos sujeita às pressões das Escolas, dos Partidos e das Ideologias do que a História geral. Uma das conclusões a que chega facilmente o historiador local é que o que se ignora sobre o passado da sua comunidade é muito mais do que aquilo que realmente se conhece. Daí dúvidas e o cepticismo contrastantes, por vezes, com as certezas e as verdades solidamente estabelecidas e indiscutíveis dos fazedores de sínteses. Mas, no fundo, talvez seja esta capacidade de duvidar e o anticonformismo do historiador local que leva à renovação da História e ao seu fazer e refazer constantes.

V - ALGUNS PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

1º Escolher o tema

O historiador local é inclinado pelas circunstâncias do seu trabalho a ser um tanto eclético. Apaixonado pela sua comunidade ele pretende conhecer o máximo sobre ela e isso pode levá-lo a alguma dispersão e a uma aparente superficialidade: tocar em tudo, mas tudo ao de leve. Por isso, parece importante exercer sobre si alguma autodisciplina no sentido de delimitar o seu campo e escolher um tema que seja do seu agrado e explorá-lo até aos limites do possível.

Thuillier e Tulard propõem a este propósito alguns conselhos⁹ que vou aqui aproveitar, com as necessárias adaptações:

- primeira norma: eliminar à partida temas impossíveis de levar a bom termo por serem demasiado vastos, por não se dispor de tempo suficiente ou simplesmente por não haver nos Arquivos locais suporte documental suficiente.
- Segunda norma: dar preferência a assuntos cujo tratamento local ainda não foi feito. Pressupõe-se, por isso, que o historiador conheça tudo o que se escreveu sobre a sua terra para não cair em repetições pouco prestigiantes. A nosso ver, só se justifica visitar um assunto já tratado quando há coisas novas a acrescentar ou quando manifestamente se impõe corrigir algo que foi erradamente afirmado. Pressupõe-se também, e isto é válido para todo o tipo de história, que o investigador conheça a bibliografia principal sobre o tema que pretende tratar. Essa parece-me ser uma condição fundamental do progresso do conhecimento histórico.
- Terceira norma: escolher um tema de que se goste. Em tudo na vida o gostar do que se faz é meio caminho andado para o sucesso. Meter-se num tema que não proporciona prazer ao investigador é muito fatigante e torna provável o insucesso. Mas talvez seja preciso lembrar aqui que às vezes não se gosta à primeira e que a insistência, dentro de certos limites, pode alterar ou refazer gostos. Mesmo quem trabalha por encomenda deve rejeitar assuntos que não lhe dizem nada.
- Quarta norma: desconfiar dos chamados temas da moda. Cada época tem os seus.
- Quinta norma: preferir assuntos inéditos, porque dizer coisas novas é muito importante para o historiador. A minha experiência no que se refere aos estudos sobre a alfabetização em Portugal parece-me significativa. Quem conhece bem o que se escreveu sobre uma terra, tem obrigação de saber se há fundos documentais nos Arquivos em que nunca ninguém pegou. Ser original é também condição de sucesso.
- Finalmente, transcreverei uma opinião que me parece adequada para fechar este ponto: «a escolha de um tema ou de um assunto é uma química singular em que intervêm o acaso, o saber técnico, o prazer, o sentido do trabalho bem feito, a prudência (quando se limitam os objectivos) o gosto do risco (há sempre aspectos aleatórios nos jogos de erudição): cada um é livre, mas mais vale fazer

ensaios, palpar terreno (em todo o ofício é necessária a aprendizagem) e distinguir o desejável, o possível e o razoável».⁶

2º Desenvolver o tema

O historiador local deve conhecer bem o seu meio, os Arquivos e o pessoal dos Arquivos que aqui podem ter um papel fundamental no fomento ou na obstrução. Por isso, a metodologia a seguir tem muito a ver com as condições do meio. O historiador local deve conhecer as metodologias da investigação histórica, mas não estar demasiado preso a elas e inventar o seu próprio método, quando isso for possível. Há no entanto alguns princípios gerais que convém ter presente:

- primeiro princípio: partir com a preocupação de problematizar, não apenas de descrever. Em grande parte dos temas é evidentemente útil e inevitável a descrição. Mas é sempre possível e desejável levantar questões. Aqui a audácia é palavra de ordem, sobretudo para o historiador que não tem que comparecer perante um júri académico. Até porque do historiador, mesmo do historiador local, esperam-se mais respostas aos «porquês» do que aos «quês».
- Segundo: não simplificar demasiado as coisas. Complicar as questões simples não é uma virtude, mas há na história local matérias muito complexas, plurifacetadas, que não se podem reduzir a um simples golpe de vista e que não se resolvem com uma penada. «O que não exige esforço, não passa de tempo perdido» - dizia Paul Valéry. Thuillier fala curiosamente do «dever de complicar» que leva o historiador a cultivar o espírito da dúvida metódica. Os documentos não são inocentes e, por isso, a história não se deve fazer inocentemente.
- Terceiro: a perfeição é inatingível. Ninguém consegue saber tudo nem dizer tudo. A próxima geração provavelmente vai retomar os mesmos temas e, socorrendo-se de técnicas, sensibilidades e documentos diferentes, vai certamente dizer coisas novas. Não podemos fugir a uma certa relatividade no nosso trabalho e ter consciência disso ajuda psicologicamente, na medida em que nos convida a não desanimar.
- Quarto: evitar o isolamento, ou seja, buscar sem receio a confrontação de pontos de vista, escrevendo artigos ou fazendo intervenções públicas quando isso se proporcionar, trocar impressões com gente de outras áreas do saber.
- Quinto: redigir o trabalho com clareza, com simplicidade, sem artifícios de retórica, como se estivessemos a elaborar um relatório de qualquer actividade que se nos confiou. Não esquecer os requisitos de probidade e honestidade de que acima falámos.
- Sexto: publicar os documentos. Pode parecer trabalho menor, mas não é. Um historiador que publica a documentação de que se serviu, tem pelo menos duas vantagens: apresenta as provas do que escreveu e deixa para a posteridade excelentes instrumentos de trabalho.

VI - FONTES PARA A HISTÓRIA LOCAL

Sem fontes não há história possível e por isso é assunto que não podemos ignorar nesta abordagem. Na prática, a questão das fontes para a história local constitui sempre um problema que não é fácil de tornear. Se são abundantes, obrigam ao estabelecimento de critérios de selecção, mas a escolha de umas implica rejeição de

outras com o risco inerente de deixar de lado documentos importantes; mas se não existem ou se são escassas, o problema é muito maior, como é evidente.

À partida e em teoria a questão das fontes põe-se diferentemente conforme a época a estudar respeita à Idade Média, ao período moderno ou à época contemporânea. Se pensarmos em fontes documentais, parece lógico que a sua abundância é inversamente proporcional à antiguidade da época em estudo. Quanto mais recuados os tempos, menores recursos documentais.

Mas documentos e textos escritos não detêm o exclusivo das fontes históricas. A *iconografia* fornece ajuda notável e até imprescindível para determinadas áreas. Não é por acaso que a História da Vida Privada (e podemos tomar a expressão como o título de uma obra muito conhecida ou como uma área da investigação histórica da chamada Nova História) aproveita sistematicamente a iconografia. A *arqueologia*, hoje em dia ciência autónoma por direito próprio, substitui ou complementa o documento escrito. As *fontes orais*, por seu turno, mostram-se de grande utilidade para o estudo de épocas mais recentes. A *fotografia* mostra-se uma fonte cada vez mais importante, sendo-o também os *postais ilustrados*, os *registos de vídeo e de som*. No futuro, provavelmente, serão largamente utilizadas, se se mantiverem em bom estado de conservação.

A diversidade das fontes e o seu alargamento proporcionado pelo avanço tecnológico é algo que se nos impõe.

Mas atenhamo-nos por ora às fontes documentais, uma vez que essas continuam a ser as fontes por excelência da historiografia.

Nestas temos que distinguir entre *fontes impressas* e *fontes manuscritas* e combater a ideia de que uma tese ou uma obra histórica tem que assentar obrigatoriamente em fontes manuscritas.

1 - Fontes impressas

Temos utilizado com proveito, mesmo para assuntos de história local, as *Coleções de leis* publicadas no século passado por vários investigadores (José Justino de Andrade e Silva, António Delgado da Silva, Manuel Fernandes Tomás, Manuel Borges Carneiro, João Pedro Ribeiro) ou as *Coleções de Regimentos Reais* (publicados por José Silvestre Ribeiro, por José Roberto Monteiro de Campos Coelho e Sousa e mais recentemente por Marcelo Caetano). As *Ordenações do Reino* (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas) bem como as coleções de Leis Extravagantes (Duarte Nunes de Leão) prestam relevantes serviços.

Fontes impressas valiosas e úteis são também os relatos de viajantes e missionários, as descrições da Terra feitas nos séculos passados (as dos Açores acima citadas felizmente têm sido sistematicamente publicadas), e as coleções de documentos que, recolhidos nos Arquivos nacionais ou locais, têm vindo a lume.

Para a história contemporânea, os jornais e a imprensa periódica, sobretudo a imprensa local, constitui fonte a privilegiar. Jornais de todo o género, inclusive boletins paroquiais ou diocesanos. Sem o concurso dessa pequena imprensa, torna-se mais difícil escrever a história dos sucessos quotidianos. Para além disso, é preciso saber aproveitar os Almanques e publicações afins que podem fornecer informações preciosas sobre os serviços prestados, profissões exercidas na área dos serviços, etc. Convém também verificar se nas Bibliotecas Públicas (ou Privadas, se for o caso) existem relatórios impressos que tanto podem ser de associações mutualistas, como de empresas ou de instituições, os quais eventualmente contêm sumários de contas ou

descrição de actividades desenvolvidas, etc. Os panfletos, quando existem, são sempre muito úteis porque podem ser a outra face das forças no poder.

2 - Fontes manuscritas

As fontes manuscritas encontram-se normalmente depositadas em Arquivos, que podem ser nacionais, distritais ou municipais, públicos ou privados. Quando falo em Arquivos Nacionais não estou a pensar apenas nos portugueses. Há outros por essa Europa fora que guardam bons materiais sobre assuntos portugueses, de âmbito nacional ou regional. Mas as deslocações e a estadia nos Arquivos estrangeiros é dispendiosa e impossível para o comum dos historiadores locais. Nesse caso, o que há a fazer é continuar o que tem sido feito por equipas especializadas: inventariar e microfilmear toda essa documentação ou parte substantiva dela e colocá-la à disposição dos interessados em Centros adequados e funcionais.

Mas finalmente que colecções de manuscritos são mais importantes? Depende naturalmente do assunto que se pretende investigar e das potencialidades dos Arquivos. Se se pretende estudar uma instituição, por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia de uma Terra relativamente pequena é indispensável estudar toda a documentação disponível. Mas pode acontecer que os fundos sejam tão abundantes e variados que seja necessário elaborar um plano de assuntos a tratar. É o caso da Misericórdia do Porto, cujo Arquivo é invulgarmente rico.

Se o objectivo é estudar um município e a sua administração municipal, diria que o Livro das Actas da Vereação constitui o polo à volta do qual vai girar todo o discurso. Mas são igualmente importantes os Copiadores da Correspondência expedida e recebida, nomeadamente a trocada com o poder central, os livros de eleições, os documentos sobre nomeação de oficiais auxiliares como os Almotacés, os Livros de receita e despesa (nos quais incluímos as fontes fiscais e as obras públicas), os livros de tombo; as posturas e acórdãos municipais, os livros das correições anuais dos Corregedores, os livros sobre actividades económicas e de organização dos ofícios mecânicos, os livros de sentenças, os registos paroquiais, etc.

Se o objecto de estudo for uma cidade, o melhor será começar mais uma vez por percorrer os inventários das fontes disponíveis e decidir em função delas. Pode-se também começar ao contrário: organizar um elenco de temas possíveis e escolher depois de acordo com o gosto pessoal e as potencialidades arquivísticas. Afiguram-se-me temas para as quais provavelmente se encontrará suporte documental os seguintes: instrução e cultura; alfabetização e práticas de leitura; organização eclesiástica e influência da Igreja; mosteiros; formas de religiosidade e devoções; demografia e reconstituição de famílias; actividades económicas; preços, salários e nível de vida; grupos sociais e formas de sociabilidade; a habitação, o vestuário, a alimentação; a saúde, a higiene e a assistência; as elites locais e as representações do poder; emigração e acolhimento de estranhos; etc.

Não queria terminar sem insistir, mais uma vez, nas potencialidades de fontes de que ultimamente se fala muito e que seriam muito úteis para alguns dos temas indicados. São as *fontes orais*. O recurso à memória dos mais velhos pode ser útil em duas perspectivas:

- a) para ilustrar um tema de histórias recente que estamos a estudar;
- b) como repositório de informações que a próxima geração há-se utilizar e que não terá disponível se a recolha não for feita no tempo presente.

VII - NOTA FINAL⁷

Pode-se afirmar que nos diversos países da Europa, entre os quais Portugal, os temas e questões de História e Geografia Local e Regional, desde longa data, têm constituído matérias de sucesso editorial. Se recuarmos ao Renascimento e aos tempos da chamada Idade Moderna não nos é difícil indicar um punhado de títulos que marcaram provavelmente a época em que apareceram e que, seguramente, se mostram de grande utilidade nos tempos futuros. Histórias de Províncias, de Cidades, de Vilas, de Ilhas foram relativamente numerosas, constituindo hoje fontes preciosas, ainda que nalguns casos a sua utilização tenha que ser cuidadosa e não possa dispensar uma boa dose de espírito crítico, dado o intuito implícita ou explícito de alguns Autores de glorificarem a sua terra sem olharem a meios.

Nomes como o de Rui Fernandes (*Descripção do Terreno em volta da cidade de Lamego Duas Legoas*, 1531-1532), Manuel Pereira de Novaes (*Anacrisis historial e Episcopologio* - 1690), D. Rodrigo da Cunha (*Catálogo e História dos Bispos do Porto* - 1623), Padre Agostinho Rebelo da Costa (*Descripção Topográfica e Histórica da Cidade do Porto* - 1788), Doutor João de Barros (*Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes - meados do séc. XVI*) para o caso do Norte do País. Para os Açores⁸, a obra mais conhecida é a de Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*. Mas podem-se citar outros nomes de cronistas tais como Diogo das Chagas (*Jardim Espelho cristalino em de várias Flores*), Manuel Luís Maldonado, (*Fenix Angrense*, 2 vol.s) Agostinho de Montalverne (*Crónicas da Província de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, 3 vol.s), António Cordeiro (*História Insulana das Ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental*, 1717).

Há autores que sustentam até que a História Local precedeu a História Nacional sobretudo por razões de conveniência política. É que os reis tinham tendência a olhar com muitas reservas e cautelas para a História Nacional porque esta, baseando-se no exame minucioso de títulos, actas e cartas, podia pôr em causa os próprios fundamentos do poder régio ou entrar em questões melindrosas tais como as relações entre a Coroa e a Igreja ou entre a Coroa e certas casas mais opulentas. A História Nacional facilmente pode despertar paixões políticas. Poderemos evocar aqui, a propósito, as polémicas que Alexandre Herculano teve que travar com o Clero depois da publicação da sua *História de Portugal* (1846-53) em que punha em causa o milagre de Ourique.

E quando as obras de História Nacional eram apoiadas e incrementadas pelo poder régio, aí as suspeições podiam partir dos súbditos leitores e eram de outra natureza, tocando sobretudo a falta de isenção de quem a fazia e o interesse de quem a subsidiava. Não é verdade que muitos dos nossos Cronistas régios são acusados de serem um pouco a voz do dono?

Teoricamente a História Local pode ser mais livre de espartilhos e de pressões. E nunca deixou de interessar, numa dupla perspectiva: quer pela publicação de fontes, quer por estudos mais elaborados. Quem não reconhece o excelente serviço prestado a Lisboa por Eduardo Freire de Oliveira que ao longo de 17 volumes publicou milhares e milhares de documentos relativos ao Município da Capital. Ou o esforço da Câmara do Porto que, nos inícios deste século, ofereceu condições para a publicação de uma parte importante da documentação do seu Arquivo. (*Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium...*) Felizmente, outros exemplos se poderiam apontar.

NOTAS

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Este texto foi adaptado de uma conferência que proferimos num Seminário realizado na Ilha do Faial, organizado pela Casa de Cultura da Horta em Maio de 1998. Com a sua publicação nesta colectânea, pretendemos prestar homenagem ao Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, antigo Professor, Colega e Amigo, cujo interesse por estas temáticas era público, notório e muito produtivo.

1 CHAUNU, Pierre e outros, *Essais de Ego-História*, Lisboa, Edições 70, 1989, p. 42.

2 Sobre o assunto, ver um sugestivo artigo de João Pedro da Ponte, «Investigar para ensinar» no jornal *Público* de 3 de Maio de 1998.

3 Ver LEUILLIOT, Paul, «Défense et illustration de l'histoire local» in *Annales, ESC, Paris*, 1967 pp. 154-177 citado por THUILLIER, Guy e TULARD, Jean, *Histoire Local et Régional*, Paris, PUF, 1992.

4 As sugestões que se seguem são devedoras do texto citado de Guy Thuillier e Jean Tulard que por sua vez é devedor do artigo citado de Paul Leuilliot e de um outro do mesmo autor, «Histoire local et politique de l'histoire» in *Annales ESC, Paris*, 1974, pp. 139-150.

5 THUILLIER, Guy e TULARD, Jean, *Histoire Local et Régional*, Paris, PUF, 1992, pp. 28-32.

6 *Ibidem*.

7 *Idem*, pp. 15-17

8 Ver VIEIRA, Alberto, *Guia para a História e Investigação das Ilhas Atlânticas*, Funchal, CEHA, 1995